

MINUTA DE CONTRATO Nº 19652162/2026

PROCESSO Nº 48051.009265/2025-61

* MINUTA DE DOCUMENTO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO E A
EMPRESA

A **AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM**, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Edifício CNC III, Bloco N, Asa Norte – CEP nº. 70.040-000, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 29.406.625/0001-30, neste ato representada pelo Superintendente de Administração e finanças, o Senhor **JÚLIO CÉSAR RODRIGUES**, SIAPE 1423510, nomeado por intermédio da Portaria ANM nº625, de 29/12/2025, publicada no D.O.U. em 02/01/2026, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 48051.009265/2025-61 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, oriundo da Ata de Registro de Preços nº, decorrente do Pregão Eletrônico nº __/__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

*Justificativa: inclusão para adequar ao SRP.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de cafeteiras industriais e bebedouros de água, via Sistema de Registro de Preços, para atender a demanda da Agência Nacional de Mineração nas seguintes localidades: Brasília-DF, Cuiabá-MT, Goiânia-GO, Campo Grande-MS, Campina Grande-PB, Maceió-AL, São Luís-MA, Fortaleza-CE, Aracaju-SE, Salvador-BA, Teresina-Piauí, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Boa Vista-RR, Macapá-AP, Belém-PA, Itaituba-PA, Vitória-ES, Belo Horizonte-MG, Governador Valadares-MG, Poços de Caldas-MG, São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC e Criciúma-SC, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	REGIÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	01	CAFETEIRA ELÉTRICA CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA.	REGIÃO CENTRO-OESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	6	RS	RS
	02	CAFETEIRA ELÉTRICA CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA.	REGIÃO NORDESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	9	RS	RS
	03	CAFETEIRA ELÉTRICA CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA.	REGIÃO NORTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	6	RS	RS
	04	CAFETEIRA ELÉTRICA CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA.	REGIÃO SUDESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	16	RS	RS
	05	CAFETEIRA ELÉTRICA CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA.	REGIÃO SUL (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	2	RS	RS
TOTAL DO GRUPO 1								RS

02	06	PURIFICADOR DE ÁGUA PURIFICADOR DE ÁGUA, COM REFIL E COMPRESSOR, BIVOLT OU 127v OU 220v, COR BRANCA, 12 MESES DE GARANTIA COM ABRANGÊNCIA EM TERRITÓRIO NACIONAL. COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE, CONTENDO TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.	REGIÃO CENTRO-OESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	10	RS	RS
	07	PURIFICADOR DE ÁGUA PURIFICADOR DE ÁGUA, COM REFIL E COMPRESSOR, BIVOLT OU 127v OU 220v, COR BRANCA, 12 MESES DE GARANTIA COM ABRANGÊNCIA EM TERRITÓRIO NACIONAL. COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE, CONTENDO TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.	REGIÃO NORDESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	5	RS	RS
	08	PURIFICADOR DE ÁGUA PURIFICADOR DE ÁGUA, COM REFIL E COMPRESSOR, BIVOLT OU 127v OU 220v, COR BRANCA, 12 MESES DE GARANTIA COM ABRANGÊNCIA EM TERRITÓRIO NACIONAL. COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE, CONTENDO TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.	REGIÃO NORTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	3	RS	RS
	09	PURIFICADOR DE ÁGUA PURIFICADOR DE ÁGUA, COM REFIL E COMPRESSOR, BIVOLT OU 127v OU 220v, COR BRANCA, 12 MESES DE GARANTIA COM ABRANGÊNCIA EM TERRITÓRIO NACIONAL. COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE, CONTENDO TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.	REGIÃO SUDESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	14	RS	RS
	TOTAL DO GRUPO 2							RS
03	10	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS. BIVOLT OU 127V OU 220V. COR BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO NORDESTE (EXCLUSIVO PARA ME /EPP)	472083	UN	10	RS	RS
	11	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS. BIVOLT OU 127V OU 220V. COR BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO NORTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	472083	UN	10	RS	RS
	12	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO DE COLUNA COM USO DE GARRAÇÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS. BIVOLT OU 127V OU 220V. COR BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO SUL (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	472083	UN	3	RS	RS
	TOTAL DO GRUPO 3							RS

04	13	BEBEDOURO INDUSTRIAL BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO CENTRO-OESTE (EXCLUSIVO ME/EPP)	256255	UN	4	RS	RS
	14	BEBEDOURO INDUSTRIAL BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO NORDESTE (EXCLUSIVO PARA ME /EPP)	256255	UN	1	RS	RS
	15	BEBEDOURO INDUSTRIAL BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO NORTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	3	RS	RS
	16	BEBEDOURO INDUSTRIAL BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO SUDESTE (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	18	RS	RS
	17	BEBEDOURO INDUSTRIAL BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	REGIÃO SUL (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	2	RS	RS
TOTAL DO GRUPO 4								RS
TOTAL								RS

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do **CONTRATADO**;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. **O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.**

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar

ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. ~~Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;~~
- 9.16. ~~Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;~~
- 9.17. ~~Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;~~
- 9.18. ~~Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- 9.19. ~~Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;~~
- 9.20. ~~Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- 9.21. ~~Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- 9.22. ~~Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~
- 9.23. ~~Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- 9.24. ~~Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;~~

*Justificativa: Exclusão do texto tachado por não se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

- 9.25. ~~Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. ~~Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;~~

*Justificativa: Exclusão do texto tachado por não se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos

dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: [...]

II - Fonte de Recursos: [...]

III - Programa de Trabalho: [...]

IV - Elemento de Despesa: [...]

V - Plano Interno: [...]; e

VI - Nota de Empenho: [...]

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos

créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em [Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília-DF, na data da assinatura.

JULIO CESAR RODRIGUES

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Documento assinado eletronicamente por **Julia Pombo da Silva, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 23/04/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **19652162** e o código CRC **19F20E92**.